

A AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL

*Dionei Delevati **

Resumo

Neste artigo examinaremos o processo de colonização, o direcionamento político adotado e as transformações que ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul. Com a colonização vieram os produtores familiares, que apesar de terem um desenvolvimento inicial no Estado, chegando inclusive a mudar o perfil produtivo (da pecuária para a policultura), através dos anos ocorreu um processo de empobrecimento e êxodo destes produtores. Analisaremos estes processos ocorridos no Estado, o porquê do desenvolvimento, do êxodo e do empobrecimento destes agricultores. Posteriormente, analisaremos os três subsistemas de produção agropecuária no Estado e suas inter-relações. Também examinaremos os dados do último censo agropecuário (1995), onde observaremos o papel desempenhado pelos produtores familiares e sua importância dentro do cenário agropecuário do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Desenvolvimento rural.

Abstract

In this article we will examine the colonization process, the political direction followed by the immigrants and the transformations that occurred in the State of Rio Grande do Sul. The colonization was done by the family producers. Initially these producers experienced a stage of development changing the productive profile (from cattle to agriculture and other forms of livestock). After the initial stage of development the farm families got into a process of impoverishment and their members began to migrate to the cities. We will analyze these processes that happened in the State, the reason of the development, of the exodus and the relation of these farmers with impoverishment.

Keywords: Family producer, Rural development.

* Engenheiro Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC).

1 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

A agricultura familiar, no Estado do Rio Grande do Sul, desenvolveu-se durante o período Imperial, impulsionada pelo próprio governo da Província, durante o processo de colonização de terras, a partir de 1824, quando os primeiros colonos alemães que aqui chegaram receberam de 48 a 77 ha de terras, ocupando basicamente os vales dos rios na Depressão Central do Estado. Os italianos, cujo fluxo migratório tomou vulto a partir de 1875, receberam em torno de 24 ha, ocupando principalmente a Encosta Superior do Nordeste. Antes deste período, no século XVIII, promoveu-se a vinda de imigrantes açorianos, aos quais também foram destinadas pequenas propriedades rurais.

Segundo Fonseca (1985), a colonização trouxe ao Estado, um novo processo e dinâmica na economia. Esta diferia substancialmente da campanha, não era baseada em apenas um produto (ou vários subprodutos da criação bovina) para a exportação. Visava-se em primeiro lugar, abastecer o mercado local e a policultura; garantia certa margem de segurança aos produtos quando da flutuação de preços. Para Tambara (1983), que corrobora Fonseca, este sistema de ocupação de solo, através da colonização, provocou um processo alternativo à produção pastoril. Este processo de produção caracterizava-se pela exploração agrícola em pequenas propriedades, com base na policultura e no uso de mão-de-obra familiar. A colonização ocupou um espaço que, de certa forma, havia sido desprezado pelo setor pecuarista. As novas comunidades que se formavam não possuíam intercâmbio muito intenso entre si. Havia um relativo isolamento geográfico entre elas, principalmente devido à precariedade das vias de comunicação. Este isolamento, se por um lado teve efeito maléfico, por outro favoreceu o surgimento de uma série de oficinas, que se encarregavam de fabricar as ferramentas e outras utilidades de uso local.

Ainda segundo Tambara (1983), formou-se no estado uma série de "economias" relativamente autônomas entre si. Foi a partir deste desenvolvimento que os produtos agrícolas destas regiões assumiram significativa importância no cenário econômico do Estado e do País. No início do século, por exemplo, os produtos agrícolas aparecem na ponta dos principais itens de exportação de modo significativo, evidenciando-se deste modo, a relevância que a produção agrícola, oriunda em sua maior parte das zonas de colonização, assumia no mercado regional.

O censo de 1920 reflete esta reorientação da economia gaúcha, que deixa de ser exclusivamente "pecuária" como fora no Império. O Rio Grande do Sul aparece como o primeiro produtor de batata-inglesa (42,9% da produção brasileira), de mel (52,9%) e de trigo (86,2%). É o segundo produtor de fumo (19,7%) e mandioca (17,2%). O terceiro de arroz (13,6%), feijão (16,7%), mate (10%) e milho (23%). Este novo perfil da economia estadual não foi apenas de decisões dos produtores, guiados pelo que lhes sugeria o mercado em cada conjuntura, mas também em consequência do estímulo da política econômica estadual (Fonseca - 1985).

UNISC
DOAÇÃO
BIBLIOTECA CENTRAL

A despeito do processo de colonização, houve movimentos contrários ao mesmo. Em 1888, em artigo, Miguel Lemos e Teixeira Mendes reverberam contra a pequena propriedade onde escreviam:

... contra a panacéia da pequena propriedade que, a par da imigração europeia costuma ser apregoada como a verdadeira solução do problema social entre nós. Por contrariar a evolução natural da sociedade moderna, que tende cada vez mais para a concentração de riqueza. Limitar-nos-emos a lembrar que a pequena propriedade tem o inconveniente gravíssimo de fazer surgir uma pequena burguesia, egoísta e mesquinha, aliando-se às classes trabalhadoras, obstante assim, pela sua interposição entre os ricos e o proletariado, ao estabelecimento das relações normais que é necessária fundar entre aqueles e estes (Muller - 1979 - p. 55)

Desta forma, como consequência, ao aproximarem-se os anos 30 a economia do Estado apresentava-se com diferenças significativas da do final do Império. Em vez de especializada na pecuária, possuía agora uma sólida agricultura diversificada, que tanto espacialmente como estruturalmente, associava-se à industrialização. Foi em Porto Alegre e na região colonial (Caxias, Novo Hamburgo, Bento Gonçalves e São Leopoldo) que tanto a policultura como a indústria se expandiram. A isto corresponde uma mudança do peso relativo de cada região do estado, a qual, desde logo, iria se refletir no plano político. Há a entrada em cena de novos segmentos sociais (burguesia industrial, operariado, colono e "camadas médias urbanas"), ao mesmo tempo em que se acelera a concentração populacional deslocando-se do sul para o norte do Estado. Este conjunto de transformações que aponta no sentido de um crescimento capitalista, teve um dos pilares de seu desenvolvimento na política econômica do governo estadual (Fonseca - 1985).

No início do século, a posição particular do Estado do Rio Grande do Sul na divisão inter-regional do trabalho era cada vez mais subordinada aos interesses do processo de industrialização que acontecia em São Paulo. No estudo do processo de industrialização do Estado ao compará-lo com alguns estados da Federação ele aparece em posição privilegiadíssima em 1907: São Paulo com 16,5% e o Rio Grande do Sul com 14,9% do total da produção industrial da nação. Contudo, paulatinamente, o Estado vai assumindo posições cada vez menos destacadas no decorrer das décadas seguintes. Assim, São Paulo, em 1958, detinha 53,2% enquanto o Rio Grande do Sul 8,1% (Tambara - 1983).

Desta forma, a relação comercial com o mercado internacional era altamente deficitária para o Estado. Este déficit decorria precisamente do alto valor despendido com artigos manufaturados. O déficit era coberto pelas trocas que o Estado realizava com o

mercado nacional, onde sua posição de vanguarda no setor de produtos primários lhe assegurava um superávit significativo. Evidencia-se, desta forma, a constituição da economia gaúcha como produtora de bens primários e altamente dependente do mercado externo com relação aos produtos industriais. Configurava-se no Estado, então, o intercâmbio desigual constatado historicamente, que é o intercâmbio favorável às economias baseadas em bens manufaturados quando relacionadas com economias baseadas em bens primários (Tambara - 1983). Neste ínterim, à pecuária e à agricultura familiar, junta-se então a indústria rio-grandense, com um papel idêntico: servir como fornecedora de produtos às indústrias mais dinâmicas de São Paulo.

2 TRANSFORMAÇÕES E FRAGMENTAÇÃO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

De 1880 a 1910 houve uma proliferação de novas colônias, tanto de cunho oficial quanto da iniciativa privada. Este desenvolvimento das novas colônias, de certa maneira, diferia em muitos dos aspectos do que ocorrera no processo de colonização efetivado anteriormente. Isso ocorreu, principalmente, devido ao conhecimento que estes novos colonizadores possuíam das dificuldades que iriam enfrentar e da melhor forma de enfrentá-las. Inicialmente, as diversas colônias constituíam-se em economias relativamente isoladas umas das outras. Entretanto, na década de 20, a economia começa a sofrer um processo de aglutinação de seus diversos mercados regionais (Tambara, 1983).

Este processo de crescimento ou estabilidade econômica do Estado do Rio Grande do Sul ocorre até os anos 30 deste século, quando então o setor agrícola começa a entrar em crise. Antes de adentrarmos na origem e conseqüência desta crise analisaremos um aspecto ideológico marcante desta época.

2.1 A Ideologia

O Estado do Rio Grande do Sul, comparado aos demais estados brasileiros, até os anos 50, apresentava uma posição de estabilidade econômica relativa, sobretudo o setor agropecuário. O Estado até então era conhecido como o "celeiro do Brasil". Muitos "experts" e políticos atribuíam esta estabilidade econômica relativa ao fato de existir no Estado uma ampla proporção de agricultores independentes, que dentro do "continuum" minifúndio-latifúndio, assumiam posição central. Eram agricultores detentores de unidades de produção agropastoril de porte médio. Eram, principalmente, agricultores de ascendência alemã e italiana que, em contraposição aos latifundiários, praticavam a policultura destinada tanto ao consumo familiar como aos mercados locais (Kuchemann - 1980).

Ainda, segundo Kuchemann (1980), a relativa riqueza desses agricultores era tomada como exemplo para os demais. Esses agricultores eram tidos como modelos e a meta a ser atingida nas demais regiões do País. As razões para este êxito, peritos e políticos buscavam sobretudo na "mentalidade" própria destes agricultores, possuindo uma atitude "positiva" em relação ao trabalho agrícola, fruto do tipo específico de sua mentalidade.

Contudo este êxito relativo parece ter sido possível tão somente até o momento em que existia no Rio Grande do Sul suficiente terra agrícola. Desde o assim chamado fechamento da fronteira agrícola, são justamente essas unidades de produção agropastoris as que vêm sofrendo constante aceleração no processo de parcelamento, dando origem não somente à queda da produção (tanto relativa como total), como a crescente pauperização destes agricultores, antes considerados "agricultores-modelos". Examinaremos, a partir deste momento, estes processos ocorridos no Estado.

2.2 A Fragmentação e Êxodo

No setor agrícola observa-se que, após o crescente aumento da produção que ocorre até os anos 30 deste século, esta começa a entrar em crise. A produtividade começa a diminuir e não é mais possível manter o volume de produção via incorporação de novas áreas de plantio, uma vez que, juridicamente, toda área encontra-se ocupada.

Para Tambara (1983), o processo de fragmentação e êxodo dos colonos gaúchos se deve a dois fatores:

- Extrema divisão da propriedade devido ao crescimento vegetativo da população;
- Diminuição da fertilidade do solo (esgotamento).

Dentro deste processo, a propriedade agrícola sofre um processo de parcelização acentuada entre 1920 e 1940. Para exemplificar este caso, que foi análogo em todo o Estado, vejamos o processo ocorrido nas propriedades agrícolas em Santa Cruz do Sul no período de 1870 a 1970.

Tabela 1: Tamanho das propriedades agrícolas em Santa Cruz do Sul no período de 1870 a 1970.

ANO	PROPRIEDADE AGRÍCOLA ÁREA MÉDIA (HA)
1870	45
1900	43
1920	40
1940	26,93
1950	26,80
1960	20,13
1970	18,18

Fonte: Censos Econômicos IBGE, v. 1, p. 337, (apud Montalli, 1979).

Assim temos que de 1870 a 1970, a área média passou de 45 ha para 18,18 ha. Temos também que em Santa Cruz do Sul, o crescimento da população rural na década de 1960/1970 chega a ser negativo, - 0,17 % ao ano. Segundo Montalli (1979), esse processo levou, principalmente os filhos de agricultores, a sair da terra da família. Uma das soluções encontradas foi a migração rural-rural.

Desta forma, entre 1940 e 1950, grandes contingentes da população rural emigram para o Paraná e Santa Catarina. As informações revelam que, em 1970, 598.809 gaúchos residiam em outros estados da região sul, assim distribuídos: 56,8% no Paraná e 43,16% em Santa Catarina, buscando terras para adquirir e assim, reproduzir a condição de proprietário rural (FEE, 1982). Posteriormente, quando o processo de industrialização começou a acontecer no Rio Grande do Sul, também houve o processo de proletarianização dos filhos de pequenos proprietários agrícolas.

Segundo a FEE (1982), pode-se inferir que a expansão de quase 90% da população da área metropolitana da grande Porto Alegre, no intervalo de 1950-1960, originou-se das regiões de agricultura familiar. Ainda em seqüência, o salto migratório no Rio Grande do Sul foi sucessivamente crescente: de 97.068, no período de 1940-1950, passou para 162.352, no intervalo de 1950-1960 e atingiu 367.330 pessoas entre 1960 e 1970. Se o saldo migratório cresceu 67% do primeiro para o segundo intervalo, ele manifestou um crescimento de 126% entre o verificado na década de cinquenta aos sessenta. Vejamos a tabela a seguir.

Tabela 2: Indicadores representativos do perfil de urbanização no Rio Grande do Sul - 1950 - 1980.

Indicadores	1950	1960	1970	1980
Taxa geométrica de crescimento da população total	-	2,72	2,04	1,55
Taxa geométrica de crescimento da população rural	-	0,91	0,36	-2,08
Taxa geométrica de crescimento da população urbana	-	5,57	3,80	3,98

Fonte: FEE (1982)- 25 anos de Economia Gaúcha. A agricultura no Rio Grande do Sul.

O processo de urbanização, no Rio Grande do Sul, inicia-se na década de 1960, quando registra-se uma taxa de crescimento da população urbana de 5,57% ao ano, passando para 3,80% em 1970 e para 3,98% na década de 1980, conforme indica a tabela. Esse crescimento parece ser diretamente proporcional à redução da população rural no período, que nos anos 80 chega a uma taxa negativa de 2,08% ao ano.

Conjuntamente ao êxodo, ocorre a formação do minifúndio no Rio Grande do Sul, que segundo o Estatuto da Terra (1964), "é o imóvel de área e possibilidade inferiores a da propriedade familiar", ou seja, um processo de empobrecimento do agricultor rio-grandense. Também Garcia (apud Kuchemann, 1980), caracteriza o minifúndio como:

- Insuficiência absoluta e relativa de terra agrícola;
- Tendência ao fracionamento, como efeito de carga demográfica que suporta e da rigidez do sistema sucessorial;
- Escassa ou nula capacidade de efetuar investimentos tecnológicos ou de utilizar sistemas de fertilizantes que possibilitem a recomposição e/ou conservação da fertilidade dos solos; em conseqüência, tendência cada vez maior de erosão e perda das condições produtivas da terra;
- Dependência absoluta das estruturas locais de poder (venda de produtos, endividamento crônico, práticas de parcerias com latifúndio).

2.3 Novas formas de ocupação e emprego rural

Segundo o Projeto RS 2010 (1997), as regiões de colonização mais antigas, conhecidas como a região das Colônias Velhas, sustentam um dinamismo que provém, ao mesmo tempo, das mudanças ocorridas no sistema tradicional produtivo colonial e no processo de industrialização. Trata-se de uma articulação de novas formas de ocupação e emprego não-agrícola em áreas rurais. Este processo intensificou-se na segunda metade

dos anos 80, quando as fábricas de sapatos passaram a descentralizar seus processos produtivos e interiorizar suas plantas industriais. A articulação das empresas com a agricultura familiar acabou estimulando a difusão do processo de industrialização em áreas rurais. As regiões do Vale do Caí, Vale dos Sinos e Encosta da Serra são os locais no Estado onde se evidencia com maior intensidade este processo. Esta tendência que ocorre nesta região das Colônias Velhas, à semelhança do que está ocorrendo em outras áreas rurais do Brasil e de boa parte do mundo rural das nações capitalistas avançadas, vem crescendo o número de famílias de agricultores familiares que possuem múltiplas fonte de renda. Essa situação é particularmente evidente no que se refere ao aparecimento dos “colonos-operários” que mantêm sua residência na propriedade rural mas trabalham em atividades não agrícolas.

Para Veiga (sd), as novas formas de ocupação e emprego rural são uma tendência que deve aumentar principalmente no aspecto dos produtores se tornarem cada vez menos agrícolas. Como exemplo, cita que nos Estados Unidos e Canadá mais de 23% dos habitantes residem no meio rural. O principal motivo deste dado refere-se aos encantos da vida rural – beleza, tranqüilidade e segurança – muito valorizados, principalmente, por aposentados, turistas e alguns empresários.

2.4 A estrutura fundiária e formas de organização da produção agropastoril no Rio Grande do Sul

Segundo Tambara (1983), a estrutura fundiária do Estado no século XX não passou por profundas transformações. Já no início do século delineava-se, perfeitamente, os contornos da estrutura que existe até hoje. Para Kuchemann (1980), o problema do minifúndio, resultante do processo de fragmentação da agricultura colonial, não deve ser considerado separadamente das demais formas de produção existentes dentro da economia agropastoril do Rio Grande do Sul. Ao contrário, deve ser considerado dentro do contexto sócio-econômico global do qual historicamente tem surgido.

Na análise da FEE (1982), a estrutura de produção agrária no Rio Grande do Sul, desenvolvida a partir dos três segmentos, revela que o processo de crescimento da agricultura gaúcha se dá sob a liderança da lavoura empresarial, que imprimiu um ritmo à expansão da economia através da capitalização das lavouras de arroz (anos vinte), do trigo (década de quarenta) e da soja (sobretudo a partir de 1968). A agropecuária colonial é, na verdade, a fronteira da capitalização, pois seus produtos são uma reserva de produção que está à espera de um novo lance de expansão produtiva. Já a pecuária tradicional é um segmento de outra natureza, cuja estratégia é a manutenção da oferta, com vistas ao controle do mercado, sem que seja necessário uma acumulação de capital. Mas para que compreendamos o desenvolvimento do capitalismo no campo, é preciso observar que os patamares de acumulação gaúcha são articulados aos padrões de acumulação brasileira.

Podemos analisar que a tendência de fortalecer um ou outro subsistema de produção agropecuário, está associada às políticas de desenvolvimento para o setor agropecuário e que estas articulações perpassam a fronteira do Estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma examinaremos os três subsistemas diferenciados que são: a) a pecuária tradicional ou as grandes propriedades; b) a lavoura empresarial ou empresa rural; e c) agropecuária colonial ou agricultura familiar. A seguir reportar-nos-emos aos problemas agrários e agrícolas da produção gaúcha, em especial a da agricultura familiar.

2.4.1 A pecuária tradicional

A pecuária tradicional, característica das unidades de produção conhecidas como latifúndios, é das formas de organização da produção agropastoril, introduzidas por portugueses, a mais antiga do Estado. Caracteriza-se pela elevada participação do fator terra no processo produtivo e aportes relativamente pequenos de “capital e força de trabalho humano”, sendo esta predominantemente assalariada. Sua produção está voltada ao gado bovino de corte e ovinocultura. Encontram-se, geograficamente, sobretudo na parte sul e sudoeste do Estado, conhecido como a região da campanha (Kuchemann - 1980). Segundo a FEE (1982), historicamente, percebe-se que o setor visa manter sua lucratividade, sem produzir modificações tecnológicas, pois sua modernização seria feita com riscos crescentes para os pecuaristas.

2.4.2 A lavoura empresarial

Subsistema baseado na lavoura capitalista, possui características antagônicas ao da agricultura familiar, baseando-se em: a) utilização intensiva de capital; b) monocultura; c) grande e média propriedade. Surgiu no Estado na década de 1920 com a lavoura de arroz pela utilização de “capital”. A partir da década de 1940 outro cultivo no Estado começa a apresentar as mesmas características, o trigo, que se viabiliza economicamente com mais intensidade na década de 1960, a partir do consorciamento com a soja (Tambara - 1983). Das três formas de organização agropastoril, a lavoura empresarial é a mais dinâmica. Sua taxa de crescimento entre 1940 e 1968 foi de 6,8 % (Kuchemann - 1980). O comportamento da lavoura empresarial foi marcado por uma expansão que se valeu de produtos destinados ao abastecimento interno, o arroz, o trigo, e de um produto para exportação com força suficiente para penetrar intensamente no mercado externo, a soja. O crescimento sucessivo destes três produtos, que, simultaneamente, compuseram o extraordinário período de 1968 - 1975, trouxe como resultado uma inserção muito forte da lavoura empresarial em terras arrendadas.

Para a FEE (1982), este segmento produtivo acompanhou as relações de

acumulação¹ nacional com a do Rio Grande do Sul, permitindo que se desse a acumulação em nível de região, através de uma aliança econômica com os proprietários de terras. O efeito da associação de terras arrendadas e tecnologia avançada modificou a estrutura de emprego no campo, diminuindo o emprego de trabalhadores efetivos, ao favorecer a utilização de trabalhadores temporários.

A lavoura empresarial apesar de apresentar a maior taxa de crescimento, apresentou ciclos de crescimento e estagnação (1939 - 1956 ascensão; 1956 - 1968 estagnação e no caso do trigo retrocesso e, a partir de 1968 retomada de expansão). Estes ciclos revelam a instabilidade da lavoura empresarial, ora alcançando bons resultados, ora não. Isto deve-se à concentração de sua produção em poucos produtos (basicamente soja, trigo e arroz), sendo que mudanças políticas (de exportação, consumo interno etc.) estão diretamente relacionadas à remuneração do produto. Desta forma, mudanças significativas em um destes itens alterará o seu desempenho econômico, e sendo uma agricultura que objetiva especificamente o lucro, o não alcance deste coloca em cheque o seu sistema de produção.

2.4.3 Agropecuária colonial

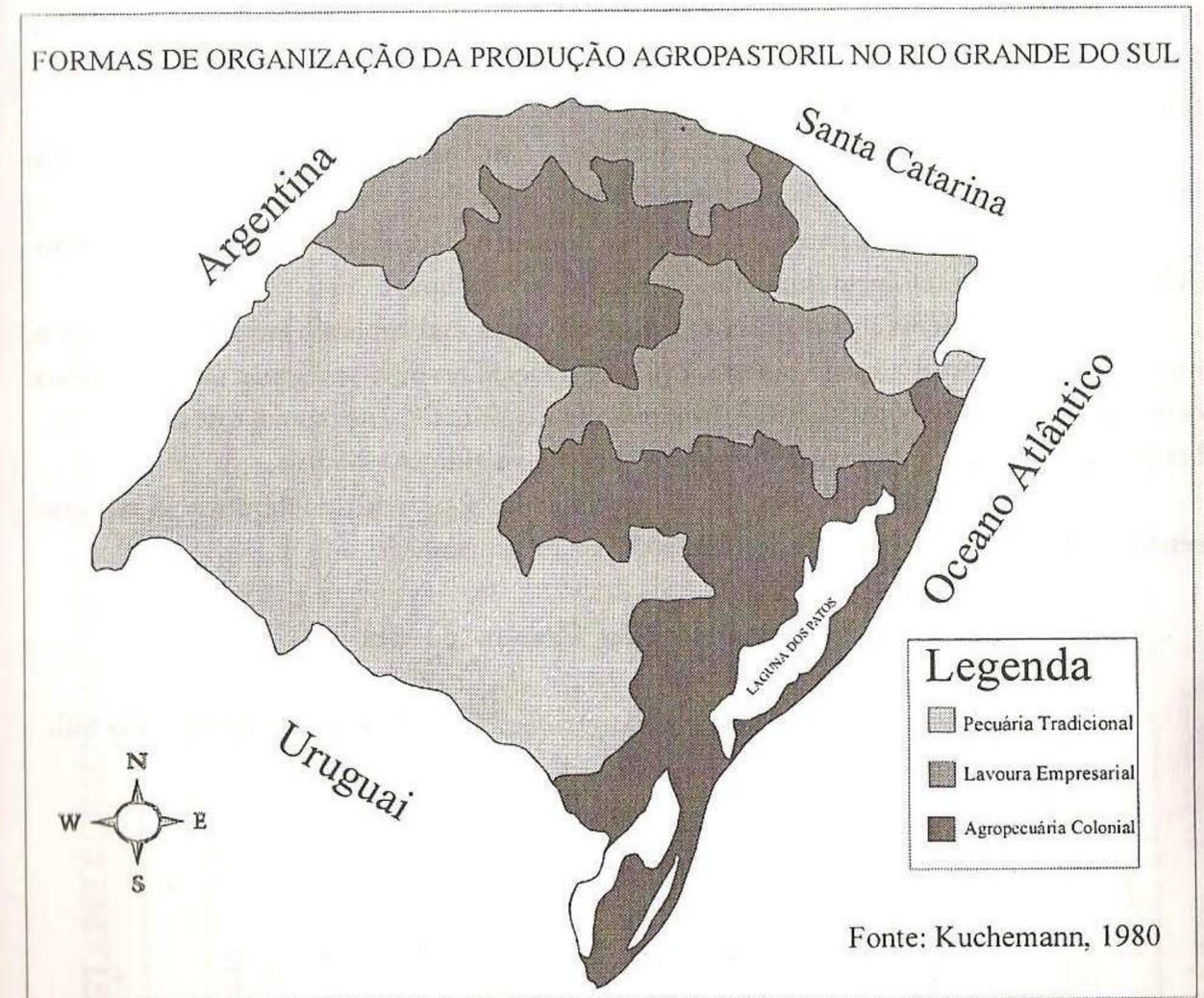
Esta forma de organização da produção agropastoril é constituída à base da pequena propriedade e do trabalho predominantemente familiar. Em média, estas unidades de produção possuem 14 ha e se dedicam à produção lavoureira tradicional, ou policultura, e à pecuária de pequeno porte. Seus principais produtos lavoureiros são: mandioca, feijão, milho, uva, batata, fumo e cebola. Quanto à pecuária, destacam-se a suinocultura, avicultura e produção leiteira. Os produtos são destinados tanto ao autoconsumo quanto ao mercado. Trata-se aqui, sobretudo de agricultores concentrados em regiões fisiográficas da Encosta Superior do Nordeste, Depressão Central, Encosta do Planalto e Alto Uruguai, também conhecidas por "Colônia Velha" e "Colônia Nova" (Kuchemann - 1980).

Na análise da FEE (1982), este setor representa na história da economia agrária do Rio Grande do Sul a forma de resistência da agricultura gaúcha, quando esta não se articula aos padrões de acumulação do país. Pode-se mesmo dizer que ela é o viveiro e depositário das experiências de cultivo do Estado, pois se possibilita a emergência de uma cultura para aproveitamento empresarial e também conserva a produção quando a rentabilidade praticamente desaparece.

¹ Acumulação de capital é o processo mediante ao qual se dá a expansão da economia capitalista. Esta expansão é viabilizada concretamente pela conversão de uma parte do excedente econômico em capital. Portanto, acumulação de capital é a forma específica que assume a reprodução ampliada de um sistema econômico sob a condição capitalista de produção. Em outras palavras, quando a produção não mais se volta para o consumo, mas seu móvel passa a ser a criação crescente e contínua de valor, o sistema econômico se expande graças ao crescimento permanente do capital (FEE, 1992).

Também ao se analisar o comportamento da agropecuária colonial ao longo das diferentes etapas de evolução econômica do País, chama a atenção que não ocorrem repercussões significativas na produção desse segmento produtivo, seja quando se altera o padrão de acumulação (1955), seja durante o rearranjo (1962-68). Esse subsistema de produção atravessa o período 1956-68 expandindo-se no ritmo que lhe fora próprio no padrão anterior, sem apresentar sinais de estremecimento diante da acumulação nacional.

Veremos então a configuração territorial destes subsetores da agropecuária rio-grandense e, posteriormente, analisaremos as principais características da agricultura familiar e da empresa rural.



2.4.5 A agricultura colonial (agricultura familiar) e a lavoura empresarial (agricultura capitalista)

Agricultura colonial e lavoura empresarial são os subsistemas mais importantes no setor agropecuário gaúcho. Juntas, de acordo com os dados FEE (1982), durante o período (1947 - 1975), as suas participações no percentual do valor bruto da produção gaúcha variam em torno de 80 a 90% do total. A agropecuária colonial domina a produção no período de 1947 a 1972, onde então foi superada pela lavoura empresarial. As mudanças ocorridas no valor da produção estão relacionadas a mudanças das regras de acumulação determinadas em nível de conjuntura do País.

Em estudo da FAO/INCRA (1994), que faz uma comparação entre os segmentos familiares e patronais na agricultura brasileira (este processo é similar ao que acontece no Rio Grande do Sul como poderemos ver posteriormente através dos dados do IBGE), foram evidenciados os seguintes dados:

- que as lavouras são três vezes mais importante no segmento familiar; e que nas lavouras permanentes essa relação chega a cinco vezes;
- que no segmento familiar tende a prevalecer a criação de pequenos animais, sem deixar também de ter certa importância na pecuária bovina;
- que, na oferta agropecuária, o segmento patronal supera o familiar em quatro importantes produtos: carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja; mas que o inverso ocorre no fornecimento de 15 outros importantes produtos: carnes suínas e de aves, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, algodão, tomate, mandioca e laranja;
- que, em mais da metade das atividades, a agricultura familiar consegue rendimentos físicos superiores ou idênticos aos da patronal.

2.5 A estrutura fundiária no Rio Grande do Sul

Analisaremos a evolução histórica da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul.

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, NÚMERO E ÁREA POR CLASSE DE TAMANHO

	1940		1950		1960		1970		1980		1985	
	Estab.	Área										
até 5 ha	12.859 5,58%	39.381 0,20	16.786 5,85%	48.238 0,22%	40.988 10,34%	119.078 0,55%	86.022 16,79%	224.310 0,18%	7.947 1,67%	3.252 0,01%	87.359 17,57%	221.589 0,91
5 a 10 ha	24.598 10,66%	170.595 0,83%	30.938 10,79%	218.102 0,99%	59.144 15,56%	407.690 1,88%	91.497 17,86%	629.153 2,64%	85.626 18,00%	595.815 2,47%	94.418 19%	653.400 2,74%
10 a 20 ha	52.866 22,91%	735.261 3,60%	78.043 27,22%	1.084.998 4,92%	110.162 28,97%	1.502.791 6,94%	143.774 28,06%	1.964.259 8,25%	131.825 27,53%	1.818.072 7,55%	135.464 27,2%	1.859.307 7,80%
20 a 50 ha	87.588 37,95%	2.607.377 12,76%	105.729 36,87%	3.105.507 14,07%	113.659 29,90%	3.305.406 15,26%	126.849 24,76%	3.685.854 15,49%	115.863 24,30%	3.411.253 14,15%	113.108 22,75%	3.331.014 14,00%
50 a 100 ha	25.966 11,25%	1.734.217 8,48%	27.502 9,59%	1.843.609 8,35%	28.644 7,53%	1.909.114 8,81%	30.446 5,94%	2.049.507 8,61%	30.676,4 6,40%	2.070.719 8,60%	30.768 6,20%	2.075.575 8,70%
100 a 200 ha	11.119 4,82%	1.543.561 7,55%	11.599 4,05%	1.599.669 7,25%	12.005 3,16%	1.633.781 7,54%	14.530 2,84%	2.000.960 8,40%	15.367 3,23%	2.113.821 8,74%	15.471 3,15%	2.119.088 8,90%
200 a 500 ha	8.332 3,61%	2.607.681 12,76%	8.661 3,02%	2.694.008 12,21%	8.744 2,30%	2.689.645 12,42%	10.949 2,14%	3.368.818 14,15%	11.597 2,44%	3.590.516 14,90%	11.754 2,40%	3.628.034 15,26%
500 a 5.000 ha	7.117 3,08%	8.917.706 43,61%	7.175 2,50%	9.093.929 41,19%	6.636 1,74%	8.055.159 37,20%	7.443 1,46%	8.743.428 36,72%	11.314 2,30%	9.188.893 38,15%	8.091 1,72%	9.085.935 38,14%
5.000 ha e +	267 0,12%	2.086.036 10,21%	298 0,11%	2.382.315 10,80%	217 0,05%	2.036.742 9,4%	140 0,02%	1.140.892 4,79%	150 0,03%	1.074.245 4,8%	110 0,02%	847.741 3,57%
TOTAL	230.722 100,00%	20.441.815 100,00%	286.733 100,00%	22.069.375 100,00%	380.201 100,00%	21.659.406 100,00%	512.303 100,00%	23.507.180 100,00%	475.286 100,00%	24.057.612 100,00%	496.543 100,00%	23.821.685 100,00%

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE.



Tabela 4: Porcentagem dos estabelecimentos por grupos de área e área ocupada no período de 1940 a 1995 (síntese).

Estabelecimentos por grupo de área	até 50 ha		50 ha até 500 ha		500 ha e mais		
	Ano	% dos estab.	% da área total	% dos estab.	% da área total	% dos estab.	% da área total
1940		77,1	17,4	19,14	28,79	3,20	53,82
1950		80,73	20,20	16,66	27,81	2,61	51,99
1960		84,77	24,18	12,99	28,77	1,79	46,60
1970		87,47	26,56	10,92	31,16	1,48	41,51
1985		86,52	25,50	11,75	32,86	1,74	41,69
1995		85,65	24,33	12,55	33,90	1,82	41,97
Média (1940-1995)		83,89	23,20	14,00	30,54	2,11	46,26

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE.

A tabela mostra que em 1940 os estabelecimentos com até 50 ha eram 77,1% do total e detinham 17,4% da área, enquanto os estabelecimentos maiores que 50 ha eram 22,34% e detinham 82,61% da área total. Em 1995 os estabelecimentos com até 50 ha somavam 85,65% e detinham 24,33% da área, enquanto os estabelecimentos com mais de 50 ha somavam 14,37% e detinham 75,87% da área.

Também podemos observar que se juntarmos os extratos até 50 ha e de 50 até 500 ha, em uma média histórica (1940-1995), teremos que estes estabelecimentos são 97,89% do total ocupando uma área de apenas 53,74%, enquanto isso os restantes 2,11% dos estabelecimentos ocupam 46,26% da área. Isto denota a alta concentração de terra nas mãos de poucos proprietários.

Outro dado refere-se à condição de não proprietário da terra, ou seja, parceiro ou ocupante, que perfazem um total de 46.165 estabelecimentos em uma área de 940.628 ha. Não se estranha, portanto, o movimento de reforma agrária existente no Estado e todas as suas manifestações.

2.5 Agricultura familiar e suas relações dentro do cenário agropecuário do Estado

A seguir, veremos três tabelas. A primeira relaciona o crédito concedido aos agricultores familiares e aos outros subsistemas de produção. A segunda analisa a utilização

das terras, a classe de uso econômico e os grupos de área total e na terceira tabela veremos a participação dos estabelecimentos no valor da produção por classe de tamanho.

Tabela 5: Financiamentos agrícolas por grupos de área no Estado do Rio Grande do Sul (custeio, investimento e comercialização).

Estabelecimentos por grupo de área	Totais (R\$ 1.000,00)
0 até 50 ha	145.499,00
50 ou mais ha	352.238,00
Total	497.000,00

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (1995-1996).

O crédito rural, segundo Barros e Graham (1977), foi vinculado pelo Estado através da política agrícola beneficiando certos produtos (soja, arroz, cana-de-açúcar, café e outros), vinculados principalmente com a exportação, certas regiões (sul, sudeste, centro oeste), e grupos de produtores (grandes, monetizados e comerciais) mais dos que os outros. Também segundo o Deser (1997), o governo beneficiou os setores patronais e agroindustriais, em detrimento dos agricultores familiares. Estes recebem em média 20% do crédito concedido ao setor rural ficando o restante para o segmento patronal.

No caso do Rio Grande do Sul, o crédito rural vinculou-se, principalmente, à agricultura empresarial, destacando-se as culturas da soja, trigo e arroz. Isto é demonstrado pela disparidade entre o crédito concedido para os agricultores familiares (29,24%) e os demais setores da agropecuária gaúcha (70,76%).

Tabela 6: Utilização das terras, a classe de atividade econômica e grupos de área total

Grupos de área total	Lavoura	Pastagens	Matas e Florestas	Total
Até 50 ha	2.519.915	1.570.269	452.671	4.542.793
	55,5%	34,5%	10%	100%
mais de 50 ha	3.757.289	10.110.059	2.058.960	15.939.863
	23,6%	63,4%	13%	100%

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (1995-1996).

Observamos, através da tabela, que a utilização de terras relaciona-se com o tamanho da propriedade. Nas propriedades com até 50 ha existe o predomínio na utilização da terra para a lavoura (55,5%), enquanto utilizam 34,5% para pastagens, reservando para matas e florestas 10% da área. Por outro lado, nas propriedades com mais de 50 ha, existe um predomínio das pastagens (63,4%) em detrimento da lavoura (23,6%).

Tabela 7: Participação dos estabelecimentos no valor da produção por classe de tamanho (em R\$ 1.000,00)

Estabelecimentos por grupo de área	Animal			Total animal	Lavoura	Total
	Peq.	Med.	Grande			
0 a 50 ha	683.430,	273.842,	467.211,	1.800.444,	1.424.483,	3.224.927,
50 ou mais ha	152.233,	101.312,	637.765,	2.053.671,	891.309,	2.944.980,

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1995-1996).

Observamos, através da tabela, que a renda total dos estabelecimentos com até 50 ha é maior do que o montante do valor da produção das grandes propriedades. A participação dos agricultores familiares é de R\$ 3.224.927,00, o que corresponde a 52,26%, enquanto o restante participa com R\$ 2.944.980,00, o que corresponde a 47,74% do total. Deve-se levar em conta que os agricultores familiares possuem 24,33% da área, enquanto os demais absorvem 75,67% da área do Estado.

2.7 Algumas considerações

Inicialmente vimos que o processo de colonização trouxe um novo processo e dinâmica na economia do Estado, levando os colonos a se desenvolverem até a década de 30 deste século, quando então começa a ocorrer o êxodo e degradação destes agricultores. Dentre os fatores citados como causadores estão a pressão demográfica (provocando a parcelização da terra) e, conseqüentemente, o esgotamento do solo pela superexploração do mesmo.

Temos que em 1940 os estabelecimentos com até 50 ha eram 177.911 (77,1% do total) e detinham 17,4% da área, enquanto os estabelecimentos maiores que 50 ha eram 52.811 (22,34% do total) e detinham 82,6 % da área total. Em 1995 os estabelecimentos com até 50 ha somavam 368.605 (85,65%) e detinham 24,33% da área, enquanto os estabelecimentos com mais de 50 ha somavam 66.230 (14,37%) e detinham 75,87 % da área.

O que podemos verificar com estes dados é a existência de "terra disponível". Segundo Kuchemann (1980), "existe muita terra apropriada para a lavoura, em mãos de

latifundiários, que não está sendo utilizada de forma alguma, ou está sendo indevidamente utilizada pela produção pastoril. Inúmeros hectares de terra apropriada para a lavoura se encontram inaproveitadas dentro dos latifúndios, ao passo que as pequenas unidades de produção, onde prevalece a lavoura, o solo, devido à superexploração, apresenta elevado grau de saturação".

Já Fonseca, nos sugere que o processo de colonização deu uma nova dinâmica à economia do Estado, apontando no sentido de um crescimento capitalista, tendo como um dos pilares para o seu desenvolvimento a política econômica do governo estadual. Diante deste fato podemos analisar que o desenvolvimento capitalista ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, inicialmente provocou o desenvolvimento dos agricultores familiares e posteriormente foi o responsável pelo êxodo e degradação dos mesmos.

Por outro lado temos que, sendo o próprio governo o incentivador do processo de colonização, este poderia ter tomado duas atitudes para evitar a degradação dos agricultores familiares:

a) Pelos dados apresentados anteriormente havia uma "fronteira agrícola", desta forma a década de 40 deste século teria sido o primeiro momento histórico do Estado para realizar a reforma agrária.

b) Um outro processo poderia ter sido a expansão da área de colonização evitando desta forma o êxodo de agricultores para outros estados e a ocorrência de minifúndios no Estado.

Podemos ver que a agricultura familiar teve uma importância fundamental no desenvolvimento do setor agropecuário do Estado. Alterando o modelo de produção da pecuária (um só produto) para a policultura. Que no decorrer de sua evolução, devido ao processo de parcelização e esgotamento do solo, houve um processo de empobrecimento destes agricultores. Mas que apesar disto, eles continuam, atualmente, como um dos setores mais atuantes dentro da economia agropecuária do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, J. R. Mendonça e GRAMAM, D. Hume. *Estudos sobre a modernização da agricultura brasileira*. São Paulo: USP/IPE, 1977.
- BOLETIM DO DESER - *Conjuntura Agrícola*, n. 72, 1997.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1995 – 1996 DO RIO GRANDE DO SUL. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1998.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Capital Financeira e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.
- ESTATUTO DA TERRA, Brasília, 1964.
- FAO/INCRA, *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, novembro de 1994.
- FONSECA, Pedro C. D. *A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: Economia na Primeira República*. *Estudos Econômicos*. FIPE/ USP, maio/agosto. V (15) 2: p. 263 – 289, 1985.
- KUCHEMANN, Berlindes A. *O minifúndio gaúcho: ajuda técnica como alternativa?* Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- MONTALI, T. Lilia. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: Produção de fumo em Santa Cruz do Sul*. São Paulo/USP, 1979 (Dissertação de Mestrado).
- MULLER, G. A Economia Gaúcha dos Anos 30 ao 60. In: Dacanal, J. H., Gonzaga, S. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- PROJETO RS 2010, *Núcleo de pobreza rural - Impactos das transformações técnicas-produtivas sobre a dinâmica demográfica e a qualidade de vida no meio rural do Rio Grande do Sul*. Texto para discussão (inédito). 1997.
- TAMBARA, Elomar. *RS: modernização e crise na agricultura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- VINTE CINCO ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA - A AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. FEE, Vol. 3, 2. ed., Porto Alegre. 1982.